

Conselho deve aprovar pedido do PT para investigar o caso ACM-grampo

Subcomissão vai usar revelações de revista sobre Antonio Carlos 13

Isabel Braga

• BRASÍLIA. O Conselho de Ética do Senado faz amanhã a primeira reunião do ano e analisa o pedido da bancada do PT de abertura de investigação contra Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Embora rejeitado inicialmente pelo presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que o remeteu à presidência da Mesa, desta vez o pedido deverá ser aprovado. O senador pelefista é acusado de ser o mandante do grampo telefônico que atingiu 232 linhas na Bahia.

Uma subcomissão do conselho, formada por três senadores, acompanha há quase um mês as investigações da Polícia Federal. Na opinião de Jefferson Peres (PDT-AM), a subcomissão não inviabilizará a aprovação do pedido de investigação preliminar e sumária de Antonio Carlos.

— Não acredito que qualquer senador se oponha a uma investigação à luz dos novos fatos apontados pela revista "IstoÉ" e entregues ao PT — afirmou.

Peres refere-se à notícia de

que pedidos de investigação feitos pelo senador ao governo federal ano passado coincidem com trechos de conversas gravadas ilegalmente.

Antes de examinar o requerimento do PT, os 15 senadores eleitos semana passada terão de escolher o presidente e o vice-presidente do conselho. Cabe ao PMDB, maior partido do Senado, a presidência e ao PFL a vice-presidência. Juvêncio deverá ser reconduzido ao cargo, que lhe dá a prerrogativa de indicar o relator da investigação de Antonio Carlos.

Segundo Peres, um dos cotados para assumir a relatoria, a conclusão nessa etapa inicial é rápida, entre duas a três semanas. O relatório é submetido ao plenário do conselho, que decide pelo arquivamento ou pela abertura de processo por quebra de decoro parlamentar, que pode acabar na cassação do mandato.

Falta decidir por nova apuração ou usar a da PF

Na reunião de amanhã os senadores decidirão ainda se há necessidade de ouvir novamente os envolvidos no escâner-

dalo ou se vão usar como base a investigação da Polícia Federal, já em fase de conclusão.

Até ontem Peres, que relatou o processo de cassação de Luiz Estevão (PMDB-DF), não tinha sido convidado por Juvêncio para a relatoria.

— Essa é uma incumbência a ser encarada como missão. Não se pede, mas também não se recusa — afirmou.

Lista de prováveis relatores é pequena

Juvêncio tem dito apenas que vai escolher para relatar o caso um senador que tenha uma atitude neutra. Prefere que seja alguém de fora do PMDB. As possibilidades de escolha são restritas. Não seria adequado indicar alguém do PFL, partido de Antonio Carlos, nem do PT, responsável pelo pedido de abertura de investigação.

Um dos dois senadores tucanos, Antero Paes de Barros (MT), é um conhecido desafeto de Antonio Carlos e estaria fora da lista. Restam Sérgio Guerra (PSDB-PE), Geraldo Mesquita (PSB-AC), Magno Malta (PL-ES) e Peres. ■